

ECONOMIA

Previdenciários vão às urnas

A nova diretoria do Sindprev será definida numa eleição com duas chapas e 3,8 mil votantes



Atendimento no INSS: disputa na eleição para sindicato

tre duas chapas, e irá mobilizar cerca de 3,8 mil servidores, que poderão votar em 24 urnas, espalhadas nas agências do INSS, órgãos do trabalho e no sindicato.

Entre as propostas da chapa um, por exemplo, está a reposição das perdas salariais em 127% e a elaboração de um plano de cargos e salários dos servidores.

"Além disso, estamos solicitando a realização de concursos públicos", destacou Marli Brígida dos Reis, funcionária do INSS, que faz parte da atual diretoria do sindicato e disputa a reeleição.

Já Daniel Alves Vieira, da chapa dois, destacou a proposta de interiorização do sindicato, com a criação de mais duas regionais: em Cachoeiro de Itapemirim, no Sul capixaba, e em São Mateus ou Linhares, no Norte do Estado. "Existe uma em Colatina, mas precisamos que se torne um pólo de decisão", lembrou.

De acordo com dados divulgados, o Sindprev possui hoje um patrimônio aproximado de R\$ 12 milhões, sendo R\$ 6 milhões em recursos e o restante em imóveis.

Recurso contra liberação de Nahas

RIO – A Procuradoria Regional da República no Rio recorreu da decisão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que declarou a inexistência de qualquer crime do megainvestidor Naji Nahas contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei do Colarinho Branco).

A Nahas é atribuído o início do fim da Bolsa de Valores do Rio: em 8 de junho de 1989, ele emitiu um cheque sem fundos no valor de 38,9 milhões de cruzados novos, equivalentes a US\$ 30 milhões, para pagar uma compra de ações. O rombo causou uma onda de pânico.

Pelo menos outras sete corretoras quebraram, começou uma longa batalha jurídica contra os protagonistas e o mercado carioca jamais recuperou a credibilidade até fechar, em 2000.

A Procuradoria se manifestou contrária à decisão por meio de um embargo de declaração assinado pela procuradora Denise Lorena Duque Estrada, enviado à subsecretaria da Terceira Turma do TRF-2 no dia 11 deste mês.

Cabem embargos de decla-

ração quando há, na sentença ou no acórdão, pontos obscuros, contradições ou omissões, que podem tornar o cumprimento da decisão impossível.

Com o afastamento de Pizzolante, o embargo agora "adormece" no TRF-2, à espera da designação do substituto.

A decisão favorável a Nahas foi unânime, em sessão no dia 30 de março. "A hipótese ora tratada não é de mera desclassificação ou mesmo de absolvição do paciente, mas, sim, de decisão que reconhece a inexistência do crime contra o Sistema Financeiro Nacional", diz o sumário, assinado por Pizzolante.

Nahas se enquadrou na figura jurídica chamada "norma penal em branco", ou seja, uma regra da lei que precisa de um complemento para ser aplicável, o que depende do Poder Legislativo.

Outra ação, de crime contra a Economia Popular, ainda corre na Justiça. Nesse caso, o TRF-2 se declarou desqualificado para o julgamento, por se tratar de assunto a ser submetido à Justiça Estadual, para onde o processo será enviado.

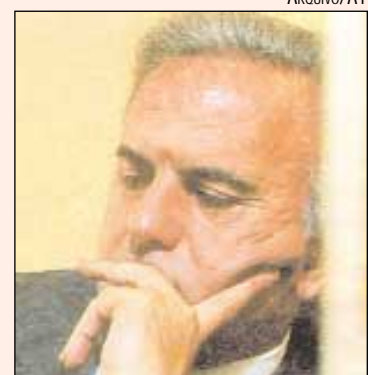
Libanês abala mercado

RIO – Naji Nahas, personagem que já se tornou lendário, sente-se de alma lavada. Aos 57 anos, esse libanês naturalizado brasileiro afirma que a decisão judicial foi uma reparação moral.

Agora, declara, vai buscar a reparação financeira pelos prejuízos que garante ter sofrido.

Depois do cheque sem fundos em 1989, suas operações na bolsa foram declaradas ilegais, seus bens foram bloqueados e suas empresas – as principais eram a holding Selecta, que reunia 11 de suas 30 empresas, e a Companhia Internacional de Seguros (CIS), uma das maiores do país – tiveram falência decretada.

Nahas assume que fazia as operações conhecidas como "Zé com Zé", em que empresas de seu grupo compravam



Nahas se diz injustiçado

e vendiam as ações entre si.

Segundo especialistas que viveram a crise de 1989, o uso em larga escala desse sistema por um ano e meio teria inflado as cotações e tornado o mercado fictício, já que as cotações estariam sendo manipuladas.

COMO ERA A OPERAÇÃO

- **COTAÇÕES** – Empresas do grupo de Naji Nahas compravam e vendiam ações entre si, provocando cotações fictícias. Quem estivesse de fora do esquema pensava que estava comprando uma ação muito valorizada, mas eram apenas as operações do grupo.
- **OPERAÇÃO** – Nahas comprava as ações com cinco dias para pagar. Nesse dia, pagava dinheiro emprestado, pagava a bolsa e vendia para seu próprio grupo.
- **VALORIZAÇÃO** – Nahas usava estas ações como garantia para outro empréstimo, com o qual pagava o anterior. Depois repetia a operação. Como era tudo para o mesmo grupo, ele podia controlar as cotações, tornando os papéis cada vez mais valorizados.

• **TEMPO** – O grupo tinha quatro dias entre as negociações. Era só receber por uma cotação valorizada e vender depois, desde que tivesse sempre dinheiro em caixa.

• **CRISE** – Na véspera da crise, os bancos cortaram o crédito de Nahas, que não honrou seus compromissos. Outras corretoras, em consequência, não pagaram o que deviam, e ruíram o castelo de cartas.

• **PRAZO** – Segundo Nahas, o crédito foi cortado numa sexta-feira. "Pedi que a CVM e o Banco Central não abrissem a bolsa na segunda-feira, para ter tempo de cobrir o valor. Não aceitaram. Se tivesse mais 24 horas, pediria dinheiro para algum amigo do Oriente Médio".

Processo Seletivo CESV

Direito

O Curso de Direito do CESV foi avaliado pelo MEC e obteve as melhores conceituações.

Organização Didático-Pedagógica: CMB
Corpo Docente: CMB
Instalações: CB

CMB = Condições Muito Boas
CB = Condições Boas

PORTADORES DE CURSO SUPERIOR
Se você possui curso superior, o CESV lhe garante vaga no curso de Direito ou de Letras (Português ou Inglês), sem Vestibular. Informe-se.

Letras

Habilitação em Português
Habilitação em Inglês

Único curso particular de Letras de Vitória reconhecido pelo MEC

Conclusão em 3 anos

INSCRIÇÕES GRATUITAS
de 21 de junho a 01 de julho
Prova dia 03 de julho
das 09h às 12h

Os resultados mostram: CESV, a escolha certa.